

A influência da propaganda de medicamentos na prática da automedicação: um problema de saúde pública

The influence of drug advertising in the practice of self-medication: a public health problem

DOI:10.34117/bjdv7n5-256

Recebimento dos originais: 23/04/2021

Aceitação para publicação: 12/05/2021

Isabella Silva Ferreira

Graduanda em Farmácia

Faculdade de Palmas(FAPAL), Palmas-TO

ACSU-SE 40 - Conj. 2 - Lotes 7/8 - Centro - CEP: 77016-524-3232-7000 - Palmas/TO

E-mail: isaabellaf@gmail.com

Ciro José Sousa de Carvalho

Prof. Adjunto I

Faculdade de Palmas –FAPAL, Palmas- TO

ACSU-SE 40 - Conj. 2 - Lotes 7/8 - Centro - CEP: 77016-524 - 3232-7000 - Palmas/TO

E-mail: isaabellaf@gmail.com

RESUMO

Introdução:Relatar um problema de saúde pública mundial e as seus principais motivos. Revisar outros referencias teóricos de como a propaganda de medicamentos por meio dos meios de comunicação influencia na pratica de automedicação. **Revisão Bibliográfica:** Foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o tema A propaganda de medicamentos e como a prática da automedicação causa um problema de saúde pública, na qual foram feitas buscas em artigos científicos, utilizando as bases de dados Google Acadêmico, Scientific Eletronic Library Online (SciELO), revistas e jornais onlines, Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde, site do Ministério da Saúde, Conselho Federal de Farmácia. A automedicação pode ser compreendida como o ato de consumir medicamentos sem prescrição médica, no objetivo de tratar doenças auto diagnosticadas ou aliviar sintomas. Considerada como problema de saúde pública mundial, a automedicação está enraizada na população desde o tempo das sociedades primitivas. **Discussão:** A automedicação pode ser compreendida como o ato de consumir medicamentos sem prescrição médica, no objetivo de tratar doenças auto diagnosticadas ou aliviar sintomas. Considerada como problema de saúde pública mundial, a automedicação está enraizada na população desde o tempo das sociedades primitivas. **Considerações finais:** Acabar com a automedicação é impossível, todavia é possível diminuir e minimizar as consequências da automedicação.

Palavras-chave: Medicamentos, Automedicação, Marketing, Farmácia.

ABSTRACT

Introduction: To report a worldwide public health problem and its main reasons. To review other theoretical references on how drug advertising through the media influences the practice of self-medication. **Bibliographic Review:** A bibliographic review was carried out on the theme of Drug advertising and how the practice of self-medication causes a public health problem, in which searches were made in scientific articles, using the databases Google Academic, Scientific Electronic Library Online (SciELO), online magazines and newspapers, the Ministry of Health's Virtual Health Library, the Ministry of Health's website, and the Federal Pharmacy Council. Self-medication can be understood as the act of consuming medicines without a doctor's prescription in order to treat self-diagnosed diseases or relieve symptoms. Considered a worldwide public health problem, self-medication is rooted in the population since the time of primitive societies. **Discussion:** Self-medication can be understood as the act of consuming medicines without a doctor's prescription in order to treat self-diagnosed illnesses or relieve symptoms. Considered a public health problem worldwide, self-medication is rooted in the population since the time of primitive societies. **Final considerations:** Ending self-medication is impossible; however, it is possible to reduce and minimize the consequences of self-medication.

Keywords: Drugs, Self-medication, Marketing, Pharmacy.

1 INTRODUÇÃO

A automedicação pode ser compreendida como o ato de consumir medicamentos sem prescrição médica, no objetivo de tratar doenças autodiagnosticadas ou aliviar sintomas. O medicamento é um bem imprescindível à saúde e uma importante ferramenta terapêutica nas mãos dos médicos, sendo assim responsável por parte significativa da melhoria da qualidade e expectativa de vida da população. Todavia, seu uso irracional provoca consequências que elevam os gastos na saúde, o que torna o tema de grande importância tanto para os profissionais desta área, quanto para as pessoas que necessitam desses recursos (Arrais et al., 2012).

O Brasil é um dos principais consumidores mundiais de medicamentos, com o mercado alcançando 22,1 bilhões de dólares anualmente e a ampla disponibilidade aumenta a possibilidade de uso irracional. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), mais de 50% de todos os medicamentos são incorretamente prescritos, dispensados e vendidos, e metade dos pacientes os utiliza de maneira inadequada (Domingues et al., 2015).

Além disso, o país ocupa a quinta posição no consumo mundial de fármacos sem prescrição e o primeiro lugar na América Latina (Souza et al., 2011).

Um procedimento simples que faz parte do cotidiano de grande parcela da população brasileira é a automedicação. Vários fatores colaboram para essa situação,

sendo o principal deles o fato de uma boa parte dos brasileiros não terem um acesso ao atendimento médico, seja ela por questões financeiras ou por acreditarem na indicação de outra pessoa, como o amigo, os familiares ou o vizinho. Outro fator que propõe a automedicação são as propagandas enfatizadas ao público consumidor (Carvalho et al., 2012).

A prática da Atenção Farmacêutica envolve macro componentes como a educação em saúde, orientação farmacêutica, dispensação, atendimento farmacêutico e segmento farmacoterapêutico, além do registro sistemático das atividades, mensuração e avaliação dos resultados. Essa postura requer do profissional conhecimento, empenho e responsabilidade, frutos da formação acadêmica e da vivência profissional conquistada cotidianamente (Oliveira et al, 2012).

A automedicação alcança uma variedade de situações cotidianas, sendo considerado entre as mais comuns, a aquisição de medicamentos sem prescrição, o uso compartilhado de medicamentos, a utilização de medicamentos com base em prescrições anteriores, o incumprimento de prescrições médicas com o intuito de prolongar, interromper ou aumentar os efeitos dos medicamentos prescritos na receita original (Galato et al., 2012).

O costume de guardar medicamentos e receitas antigas também colabora para a prática, principalmente em uma mesma família, pois as pessoas ainda acreditam que, se um determinado medicamento e dosagem foi eficiente para um indivíduo, conseqüentemente é indicado para várias outras pessoas, assim, o “boca a boca” vira um meio de pesquisa para a eficácia de medicamentos (Filho et al, 2015).

O profissional farmacêutico deve ser encarado como um agente da saúde, responsável por proporcionar orientações técnicas de confiança sobre medicamentos, baseado no amplo conhecimento dessa classe de profissionais. As diretrizes curriculares nacionais para os cursos de Farmácia enfatizam o múltiplo conhecimento que deve ser adquirido pelo farmacêutico, não envolvendo apenas o de caráter técnico-científico, mas também habilidades sobre outras áreas, como ética e humanização (Possamiet al., Decoreggio 2011).

2 REVISÃO

Automedicação

A automedicação é um termo constantemente usado para definir a iniciativa de um doente, ou seu responsável, em selecionar e administrar fármacos para o tratamento

ou alívio de sintomas percebidos, sem a supervisão ou prescrição de pessoas aptas, como médicos ou dentistas. Para tal, o indivíduo pode recorrer a pessoas não habilitadas, como familiares ou pessoas de seu círculo social, além de adquirirem medicamentos sem receitas, buscando orientação na internet, propagandas em redes de mídia, ou utilizando-se de sobras de medicamentos ou receitas antigas (Naveset al., 2010).

Este fenômeno merece atenção especial, pois a prática tem-se mostrado extremamente nociva à saúde individual e coletiva, afinal, todo fármaco leva a uma reação, pois nenhum medicamento é inócuo ao organismo, e seu uso pode acarretar consequências diversas (Vilarinoet al., 2010).

A prática da automedicação no Brasil

O Brasil é o país que mais faz uso de automedicação, sendo que, desde 1996 o uso inconsequente de fármacos tornou-se o agente que mais levou a intoxicações no país (Sinitoxet al., 2012).

A prática da automedicação e a venda descontrolada de medicamentos são devidos a diversos fatores, principalmente devido as dificuldades de acesso ao sistema de saúde e despesas com planos de saúdes consultas médicas. Embora tenha, no Brasil a regulamentação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) para a venda e propaganda de medicamentos que não necessita de prescrição médica, porém não há regulamentação nem orientação para a pessoa que faz o uso (Domingueset al., 2017)

A OMS ainda aconselha os praticantes da automedicação a informarem-se, a fim de reconhecerem os sintomas, objetivos farmacêuticos, o produto a ser usado, dosagem, frequência, contraindicações, doenças concomitantes, interações medicamentosas e os possíveis efeitos adversos dos fármacos utilizados (Pachelliet al., 2013).

Motivação para a automedicação

O consumo elevado de fármacos por conta própria no Brasil pode ser relacionado a inúmeros fatores, principalmente na correria do dia a dia(trabalho, tarefas domésticas, estudo) levam as pessoas a automedicar, buscando um alívio ou tratamento mais rápido sem atrapalhar suas tarefas cotidianas (Domingueset al., 2017).

A grande quantidade de propagandas que prometem verdadeiras “curas milagrosas”, retratando na maioria das vezes artistas, passam a ideia de essencialidade do produto, onde todas as pessoas devem ter os medicamentos sempre ao alcance das mãos para o alívio rápido de sintomas e para qualquer tipo de dores (Pachelliet al., 2013).

O hábito de guardar medicamentos e receitas antigas também colabora para a prática, principalmente em uma mesma família, pois as pessoas ainda acreditam que, se um determinado medicamento e dosagem foi eficiente para um indivíduo, conseqüentemente é indicado para várias outras pessoas, assim, o “boca a boca” vira um meio de pesquisa para a eficácia de medicamentos (Filho et al, 2015).

Este hábito ainda facilita a troca de medicamentos, a ingestão acidental e perda de eficiência pelo mau armazenamento (Zamuneret al., 2014).

Assim, cabe aos profissionais da área da saúde e ao governo a orientação da população sobre os riscos e prejuízos que o uso indiscriminado sem acompanhamento especializado pode trazer, informar e motivar a adoção de um estilo de vida saudável, instruir sobre a natureza das enfermidades e o cumprimento das instruções pelos profissionais de saúde. Com o conhecimento das pessoas, acredita-se que o número de internações hospitalares e intoxicações diminuiriam significativamente (Pereira et al., 2012).

A influência da propaganda de medicamentos na automedicação

Devido ao grande público dos meios de comunicação, a indústria farmacêutica, percebeu a oportunidade de aumentar seus lucros através de comerciais de fármacos isentos de prescrição. Essas propagandas têm como objetivo influenciar o consumo de fármacos com informações favoráveis, que favorecem as vendas, e muitas vezes são omitidos fatos importantes relacionados às reações adversas e contraindicação desse medicamento (Alvaro et al., 2015).

A uma grande audiência das classes C e D nos programas de rádios que está presente em 90% dos lares brasileiros. Essa população muitas vezes com escolaridade iniciante não analisa de forma crítica as informações que são expostas se tornando alvo fácil para publicidade enganosa. A propaganda ao divulgar os medicamentos isentos de prescrições como produto de consumo conduz a levar a automedicação agravando doenças, incentiva o uso de produtos ineficazes e termina por aumentar a quantidade de pacientes no sistema único de saúde por intoxicação (Batista et al., Carvalho, 2013).

A automedicação é uma atitude do indivíduo ou do seu responsável em fazer uso de um medicamento por conta própria e risco sem que haja acompanhamento de profissional responsável. A preferência desses medicamentos normalmente ocorre por recomendação de pessoas leigas, por influência de prescrições antigas e dificuldade de

acesso aos serviços de saúde. Isso termina por aumentar o número de automedicações causando diversos casos de intoxicações farmacológicas (Souza et al., 2011).

Através de uma pesquisa sobre automedicação por idosos Santos⁶ verificou que dentre os fármacos mais utilizados por essa população estão os analgésicos e relaxantes musculares, entre os 461 casos constatados, 142 corresponde a estes medicamentos. (Lyra et al., 2010).

Agencia Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) relata dentre as causas da automedicação a grande quantidade de propaganda de medicamentos, inexistência de conhecimento sobre efeitos adversos e ausência da orientação do farmacêutico. Os problemas decorrentes dessa prática é o uso inadequado por falta de diagnósticos e consequentes casos de intoxicações, alergia, interações resistência microbiana e disfarce de doenças mais graves (Alexandri et al., 2011).

O grande número dos casos de automedicação é principalmente com os medicamentos isentos de prescrição (MIPs) sendo que os mais utilizados estão os analgésicos e antitérmicos usados para tratar dor e febre (Silva et al., 2012).

A atenção farmacêutica é o ato de proporcionar o uso racional de medicamentos, por isso é tão importante ressaltar a sua relevância, em que o farmacêutico orienta e conscientiza sobre essa prática, esse desfecho depende da presença do farmacêutico em período integral nas farmácias e drogarias (Fernandes et al., Cembranelli 2015).

Dessa maneira, é dever do farmacêutico transformar a automedicação em prescrição farmacêutica e com uma atuação ativa na dispensação, além de oferecer uma farmacoterapia eficiente, assumindo a responsabilidade de promotor de saúde favorecendo a população (Fernandes et al., Cembranelli, 2015).

Impactos da automedicação

Fármacos são substâncias que, em concentrações adequadas, são utilizadas para prevenir, reverter ou atenuar quadros patológicos. Para isso, é necessário que os profissionais da saúde que prescrevam os medicamentos conheçam as doses, vias de administração e intervalos entre as doses, para garantir que os fármacos atinjam de forma correta o sítio-alvo. Concentrações sub terapêuticas ou excessivas podem mascarar a eficácia do fármaco escolhido ou levar a intoxicações medicamentosas, respectivamente (Wanmacher et al., 2012).

Por todo o mundo não existe sequer um fármaco que seja isento de riscos, porém, a probabilidade de que uma reação ocorra pode variar (Silva et al., 2013).

Cada paciente pode apresentar uma resposta distinta com a utilização de determinados fármacos, pois cada pessoa apresenta fatores individuais e predisponentes diferentes. Por exemplo, um mesmo fármaco utilizado por duas pessoas, mas que só uma apresente episódio alérgico (Wannmacher et al., 2012).

Implementação do Projeto de Monitoração da Propaganda e Publicidades de Medicamentos.

A regulamentação da propaganda de medicamentos no Brasil tem suas primeiras regras anunciadas dentro da Lei 6360 de 1976 ,que dispõe sobre as normas de vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, assim como saneantes e outros produtos que, por sua vez, devem ser autorizados para fabricação pelo Ministério da Saúde (Conselho Federal de Farmácia, 2016).

Essa Lei se baseou na preocupação nos últimos tempos com a automedicação, de maneira que vinha a fiscalizar a publicidade de medicamentos e de outros produtos que também estivessem sujeitos a vigilância sanitária. A base normativa específica só veio a surgir 24 anos depois, no ano 2000 ,a ANVISA publica a Resolução 102/00, controlada pelo “Projeto de Monitoração de Propaganda e Publicidade de Medicamentos”, que foi fixado através de pactos entre a ANVISA e 14 universidades públicas contendo regulamento e informações do tipo contraindicação, indicação, precaução/ advertências nas propagandas de medicamentos (Nascimento et al., 2010).

O Projeto de Monitoração é atualmente a principal fonte de captação de propaganda da ANVISA e além de ampliar a monitoração e captação em todas as regiões brasileiras, levou a discussão da propaganda de produtos sujeitos à vigilância sanitária à comunidade acadêmica, às pesquisas, aos eventos da área de saúde e para a mídia de todo o Brasil (ANVISA, 2015).

3 DISCUSSÃO

A conscientização da comunidade é um pré-requisito para que sejam alcançados níveis elevados de saúde. Cabe aos profissionais da saúde, educadores, para os usuários dos serviços de saúde, esclarecer eventuais dúvidas e ser o mediador na conscientização da população quanto aos riscos da prática da automedicação e, desta forma, reduzir ao

máximo os índices de automedicação. As regulamentações são insuficientes para impedir a automedicação. E à publicidade cabe um trabalho consciente em relação ao mercado de medicamentos quanto a sua propaganda.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As consequências negativas do marketing farmacêutico somado com o fato de a população comprar medicamentos sem antes consultar um médico geram um uso indiscriminado de medicamentos, afinal de contas, é por meio desta publicidade que a indústria farmacêutica torna conhecida suas marcas. Campanhas com o objetivo de orientar e alertar sobre os riscos dos medicamentos devem ser vinculadas na mídia. Acabar com a automedicação é impossível, todavia é possível diminuir e minimizar as consequências da automedicação. Infelizmente a cultura da sociedade não permite a conscientização quanto ao uso indiscriminado de medicamento por conta própria. Nas campanhas é preciso que fique clara a importância da prescrição médica, e o quanto pode ser prejudicial o uso do medicamento sem a orientação necessária.

REFERÊNCIAS

1. ALEXANDRI AM, FOPPA AA, WELTER AC, CAMPOS CMT, CUNHA HP, SCHERER MLS, et al. Propaganda de medicamentos: um desafio para todas as profissões. *Rev. Bras. Farm.* 2011.92(2): 66 - 70.
2. ALVARO, NASCIMENTO. Propaganda de medicamentos: como conciliar uso racional e a permanente necessidade de expandir mercados? *Venâncio/Fiocruz*, v. 5, n. 2, p. 189-215, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?Script=sci_arttext&pid=S1981-77462007000200002> Acessado em 22 janeiro 2021.
3. ANVISA (Brasil). Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) n° 102/2000. Dispõe sobre propagandas, mensagens publicitárias e promocionais e outras práticas cujo objeto seja a divulgação, promoção e/ou comercialização de medicamentos, de produção nacional ou importados, quaisquer que sejam suas formas e meios de veiculação incluindo as transmitidas no decorrer da programação normal das emissoras de rádio e televisão Disponível em: <www.anvisa.gov.br/legis/consolidada/resol_102_00rdc.pdf>. Acessado em 08 março de 2021.
4. ARRAIS P, Coelho HLL, Batista MCDS et al. Perfil da automedicação no Brasil. *Rev. Saúde Pública.* 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101997000100010>. Acessado em 22 de janeiro de 2021.
5. AQUINO, D. S. Por que o uso racional de medicamentos deve ser uma prioridade? *Ciência & Saúde Coletiva*, v.13, p.733–736, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232008000700023&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acessado em 08 março de 2021.
6. BRASIL, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. *Vendendo Saúde: A história da Propaganda de Medicamentos no Brasil/ Eduardo Bueno*. Brasília: ANVISA, 2008. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/propaganda/vendendo_saude.pdf>. Acessado em 13 fevereiro de 2021.
7. .
8. BATISTA AM, CARVALHO MCRD. Avaliação da propaganda de medicamentos veiculada em emissoras de rádio. *Ciênc. Saúde Coletiva* 2013.18(2): 553 - 561. Disponível em: <<http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/avaliacao-da-propaganda-de-medicamentos-veiculada-em-emissoras-de-radio/8562?id=8562>>. Acessado em 08 março de 2021.
9. BRASIL. CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Resolução n°. 586 de 29 de agosto DE 2013. Regulamenta a prescrição farmacêutica e dá outras providências. 1 – 12.
10. BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas - SINITOX. Centro de Informação Científica e Tecnológicas. Casos, Óbitos e Letalidade de Intoxicação Humana por Região e Centro. 2007 – 2009.

11. CARVALHO, L. V. O Uso Inadequado de Drogas e Fármacos que Causam Dependência. 2012. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/32383>>. Acessado em 19 de fevereiro de 2021.
12. CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Lei nº 6360, de 23 de setembro de 1976. Disponível em: <http://www.cff.org.br/Legisla%C3%A7%C3%A3o/Leis/lei_6360_76.html>. Acessado em 24 de janeiro de 2021.
13. DOMINGUES, P. H. F. et al. Prevalence of self medication in the adult population of Brazil: a systematic review. *Rev. Saúde Pública, São Paulo*, v.49, n. 36, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102015000100403>. Acessado em 13 de fevereiro de 2021.
14. FERNANDES WS, CEMBRANELLI JC. Automedicação e o uso irracional de medicamentos: o papel do profissional farmacêutico no combate a essas práticas. *Revista Univap*. 2015.21(37): 2237 - 1753.3
15. FILHO, A. I. L. et al. Prevalência e fatores associados à automedicação: resultados do projeto Bambuí. *Revista de Saúde Pública*, v. 36, n. 1, p. 55–62, 2015.
16. GALATO, D. et al. A dispensação de medicamentos: uma reflexão sobre o processo para prevenção, identificação e resolução de problemas relacionados a farmacoterapia. *Rev. bras.ciênc. farm., São Paulo*, v. 44, p. 465-475, jul./set. 2012.
17. LYRA JP DP, NEVES AS, CERQUEIRA KS, MARCELLINI PS, MARQUESTC, BARROS JAC. Influência da propaganda na utilização de medicamentos em um grupo de idosos atendidos em uma unidade básica de saúde em Aracaju (SE, Brasil). *Ciênc. Saúde Coletiva*. 2010.15(Supl. 3): 3497 - 3505.
18. NASCIMENTO, AC. Propaganda de medicamentos para grande público: parâmetros conceituais de uma prática produtora de risco. *Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro*, 15(supl.3) p.3423-3431, 2010.
19. OLIVEIRA, ANDREZZA BEATRIZ et al. Obstáculos da atenção farmacêutica no Brasil. In: *Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas*, vol. 41, n. 4, out./dez., 2012. p. 409-413.
20. OPAS/OMS. Segurança dos medicamentos: um guia para detectar e notificar reações adversas a medicamentos. Por que os profissionais de saúde precisam entrar em ação. Anvisa, p. 18, Brasília, 2005. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_docman&view=document&layout=default&alias=787-seguranca-dos-medicamentos-um-guia-para-detectar-e-notificar-reacoes-adversas-a-medicamentos-7&category_slug=vigilancia-sanitaria-959&Itemid=965>. Acessado em 28 de fevereiro de 2021.
21. PACHELLI, C. A. A propaganda de medicamentos e a prática de automedicação no Brasil. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, Mar/Abr. 2013. Disponível

em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6493>>. Acessado em 28 fevereiro de 2021.

22. PEREIRA, J. R et al. Riscos da automedicação: tratando o problema com conhecimento. UNIVILLE - Universidade da Região de Joinville, 2012. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/premio_medica/pdfs/trabalhos/mencoes/januarina_ramos_trabalho_completo.pdf>. Acessado em 19 fevereiro 2021.

23. POSSAMAI, F. P.; DACOREGGIO, M. S. A habilidade de comunicação com o paciente no processo de atenção farmacêutica. Trab. educ. saúde, Rio de Janeiro, v. 5, p. 473-490, 2011.

24. SILVA RCG, OLIVEIRA TM, CASIMIRO TS, VIREIRA KAM, TARDIVO MT, FARIA Jr M. et al. Automedicação em acadêmicos de medicina. Revistas USP. 2012.45(1): 5 - 11.

25. SINITOX – Sistema Nacional de Informações Tóxico Farmacológicas. Casos registrados de intoxicação humana por agente tóxico e faixa etária. Brasil, 2012. Disponível em: <www.fiocruz.br/sinitox/media/Tabela%207_2012.pdf>. Acessado em 05 de março de 2021.

26. SOUZA, L. A. F. et al. Prevalência e caracterização da prática de automedicação para alívio da dor entre estudantes universitários de enfermagem. Rev. Latino-am. Enfermagem, Ribeirão Preto, v. 19, n. 2, p. 245-251, abr. 2011.

27. TORRES LV. Influência da propaganda de medicamentos sobre o consumo em uma comunidade universitária de João Pessoa- PB. Monografia da biblioteca UFPB. 2016. 15-51.

28. VARALLO, F. R. Internações hospitalares por Reações Adversas a Medicamentos (RAM) em um hospital de ensino. 2010. Disponível em: <http://www2.fcfar.unesp.br/Home/Pos-graduacao/CienciasFarmaceuticas/fabiana_rossi_varallo_ME.pdf>.